

REQUERIMENTO Nº /2018.
(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir suspensão do registro de todos os produtos que utilizam ingredientes ativos glifosato, abamectina e tiram.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 combinado com o artigo 24, III, ambos do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada Audiência Pública para discutir a suspensão do registro de todos os produtos que utilizam ingredientes ativos glifosato, abamectina e tiram e o impacto desta medida no agronegócio.

Como convidados para debater o tema indica os seguintes convidados:

- **CNA** – Confederação Nacional da Agricultura;
- **ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- **Aenda** – Associação Brasileira dos Defensivos Agrícolas;
- **Sindiveg** - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal.

JUSTIFICATIVA

A realização da audiência pública solicitada tem como objetivo discutir a recente decisão da Justiça onde a juíza federal substituta da 7ª Vara do Distrito Federal, Luciana Raquel Tolentino de Moura, determinou que a União não conceda novos registros de produtos que contenham como ingredientes ativos glifosato, abamectina e tiram, presentes em agroquímicos, em processo movido pelo Ministério Público.

Na decisão tomada na última sexta-feira, a juíza determinou ainda que a União suspenda, no prazo de 30 dias, o registro de todos os produtos que utilizam essas substâncias até que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conclua os procedimentos de reavaliação toxicológica.

Por óbvio, caso a decisão judicial seja mantida sem as devidas deliberações, os produtores brasileiros que se preparam para o plantio da nova safra, cuja semeadura se dá a partir de setembro, para milho e soja enfrentaram prejuízos incalculáveis.

Para tanto, requeiro a esta Comissão que venha discutir o tema referido de forma **URGENTE** e solicito o apoio dos pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 7 de agosto de 2018.

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas/RS